

**DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES**

O DEVER DE PLANEJAMENTO DA AÇÃO ADMINISTRATIVA E A ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (Egle dos Santos Monteiro) **715**

ASPECTOS DA RESCISÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (Heraldo Garcia Vitta) **724**

A POSSIBILIDADE DA CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA POR MEIO DA MODALIDADE LICITATÓRIA DENOMINADA PREGÃO (Natanael dos Santos) **735**

PRÉ-QUALIFICAÇÃO NO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES (Juliano Heinen) **748**

ANÁLISE ECONÔMICA DO CONTROLE JUDICIAL DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO (Felipe Tadeu Ribeiro Morettini e Oksandro Osdival Gonçalves) **758**

QUEM ESTÁ OBRIGADO A LICITAR: UMA CONSOLIDAÇÃO À LUZ DO TCU E DOS TRIBUNAIS SUPERIORES (Diego Franco de Araújo Jurubeba) **770**

**QUESTÕES PRÁTICAS**

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – Estatuto da Microempresa – Realização de pesquisa mercadológica pelo órgão gerenciador e também pelos órgãos participantes – Aplicação da sistemática prevista no art. 48 da LC nº 123/2006, independentemente da modalidade utilizada e do número de participantes, devendo ser considerado o valor estimado da contratação para fins de definição da licitação diferenciada a ser instaurada **779**

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Licitante inconformado que recorre ao Poder Judiciário – Concessão de medida liminar suspendendo a execução da avença – Pretensa revogação da licitação – Inviabilidade – Possibilidade da rescisão unilateral do contrato por razões de interesse público ou amigável – Eventual contratação emergencial **780**

CARTA-CONVITE – Instituição na forma eletrônica pelo Município – Norma operacional – Processamento da licitação por meio

eletrônico – Possibilidade, desde que respeitadas as disposições constantes das normas gerais **781**

CONTRATO DE LOCAÇÃO – Imóvel particular – Permanência no imóvel pela Administração após a extinção da avença – Contrato verbal – Nulidade – Pagamento a título indenizatório ao locador **782**

ESTATUTO DA MICROEMPRESA – Cota reservada à Microempresa (ME) e à Empresa de Pequeno Porte (EPP) – Certame fracassado ou deserto – Fornecimento do quantitativo do produto pelo vencedor da cota principal – Contratação das duas cotas pelo mesmo preço – Alteração quantitativa da avença – Considerações **783**

**JURISPRUDÊNCIA E DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS**

SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS – Convite – Município – Contratação de causídico para acompanhamento de demanda – Existência de quadro de advogados na Urbe – Alegada caracterização de improbidade administrativa – Ação civil pública ajuizada contra o Procurador particular, o Diretor da divisão jurídica da Comuna e o ex-Prefeito – Absolvção que se impõe – Ausência de ilegalidade – Hipótese de insindicabilidade do mérito administrativo pelo Judiciário – Atipicidade das condutas – Inexistência da comprovação de qualquer ilicitude perpetrada pelos demandados – Não ocorrência de análise do dolo pelo Tribunal de origem – Concessão de efeito expansivo subjetivo para absolver o ex-Alcaide, não recorrente (STJ) **785**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA – Execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares urbanos, comerciais e industriais com características domiciliares e operação de usina de triagem e compostagem – Edital – Quadros da empresa licitante que devem possuir profissionais inscritos no CRQ e no CRBio – Razoabilidade da exigência – Impacto ao meio ambiente da atividade – Obrigatoriedade da cláusula que preveja as condições de recebimento do objeto da licitação – Retificação do instrumento convocatório neste ponto – Inteligência do art. 40, inc. XVI, da Lei nº 8.666/1993 (TJMG) **798**

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Fornecimento de *coffee break* – Supostas irregularidades na prestação do serviço pela contratada – Imposição das penalidades de advertência, multa, cancelamento

da ata de registro de preços e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de dois anos – Nulidade do processo administrativo – Descumprimento pela Administração, conforme previsto no edital e na avença celebrada, da notificação da empresa por escrito quando verificadas eventuais falhas na execução do serviço – Indenização por danos morais devida (TJPR) 802

RESCISÃO CONTRATUAL – Município – “Termo de início da obra” não expedido pela Urbe – Desídia da própria contratada por não apresentar a ART – Empresa que já havia demonstrado previamente desinteresse na execução da avença – Aplicação de multa de 10% do valor total do ajuste, conforme cláusula do pacto administrativo (TJRS) 806

PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO – Transporte individual de passageiros – Táxi – Lei municipal – Expedição do certificado de permissão condicionada ao comprovante de pagamento da contribuição sindical da categoria – Inadmissibilidade – Documento

não previsto dentre aqueles concernentes à regularidade trabalhista, nos termos do art. 29 da Lei nº 8.666/1993 – Cias para a habilitação elencadas de forma taxativa – Com privativa da União para legislar sobre normas gerais de e contratação (TJSP) 810

SISTEMA “S” – Contratação de serviços de publicidade xigibilidade de licitação – Veiculação de anúncios em – Alegação de que a estrutura de preços para a prestação de serviços é invariável, constituindo-se em percentual fixo do aos veículos de comunicação e outro à agência selecionada – Não cabimento – Ausência de inviabilidade de contratação – Afronta aos princípios da Administração e ao regulamento de licitações da entidade – Hipótese, entretanto, de materialidade do valor – Multa não aplicada aos responsáveis – Determinações (TCU) 814

**ÍNDICE 825**